

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2001
(Do Sr. MARCOS ROLIM)

Solicita informações detalhadas ao Sr. Ministro de Estado da Saúde acerca do montante de recursos orçamentários orçados e efetivamente liberados aos hospitais da rede das Santas Casas, no Estado do Rio Grande do Sul .

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa. com base no artigo 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Saúde, para esclarecer esta Casa acerca do volume de recursos orçados e liberados aos hospitais da rede das Santas Casas, no Estado do Rio Grande do Sul, referentes aos exercícios de 1999, 2000 e 2001 (último dado disponível), além das seguintes informações, de forma detalhada:

- os projetos de investimento oferecidos pelas respectivas unidades hospitalares, a cada ano;
- o cotejamento, em valores reais, entre os recursos orçados e o volume efetivamente liberado (ou pago), por unidade hospitalar, a cada ano;
- as datas das respectivas liberações;
- as prestações de contas oferecidas pelas Santas Casas, individualizadamente, a cada ano.

JUSTIFICAÇÃO

A prioridade que o governo federal vem dando à saúde, especialmente no fortalecimento do SUS, tem o meu inteiro reconhecimento. Saúde é um dos direitos humanos mais elementares e, portanto, cabe ao Poder Público, dentre outros, perseguir, com determinação, a implementação de um sistema público de saúde que atenda aos interesses do nosso povo.

Uma das obrigações fundamentais do parlamentar reside na montagem do Orçamento Geral da União e, sobretudo, na fiscalização do gasto dos recursos públicos. No caso, as demandas por recursos orçamentários das Santas Casas tem tido um tratamento privilegiado e consensual por parte da

bancada gaúcha, incluindo, os deputados federais e senadores de todos os partidos políticos.

Também nos cabe acompanhar a efetiva aplicação desses recursos, de acordo com os projetos apresentados ao Poder Executivo e, o que julgo mais importante, a gestão destes recursos se dê de forma participativa e transparente para com a comunidade local.

Este é o objetivo do presente requerimento de informação, cujo célere atendimento, desde já, tem o meu agradecimento.

Sala das Sessões, 20 de Junho de 2001.

**Deputado MARCOS ROLIM
(PT/RS)**